



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO**

## **EDITAL Nº 47/2021**

A REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto Presidencial de 13/04/2020, publicado no D.O.U. de 13/04/2020, e tendo em vista as Leis 8.112/1990, 12.772/2012, 11.091/2005, o Decreto 9.991/2019, a IN nº 201/2019 e a Resolução CONSUP nº 16/2020, RESOLVE publicar o supracitado edital destinado às inscrições dos servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs) e Docentes interessados em se afastar para cursar pós-graduação *stricto sensu*, nos moldes do Art. 96-A da Lei 8.112/1990, ainda em consonância com a Resolução nº 16/2020 do Conselho Superior do IF Sertão PE.

### **1. DISPOSIÇÕES INICIAIS**

#### 1.1 Conceitos

Entende-se por afastamento para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* e estudo no exterior o afastamento do servidor para cursar Mestrado, Doutorado ou Pós-Doutorado, em consonância com o disposto nos artigos 95 e 96-A da Lei nº 8.112/1990.

#### 1.2 Objetivos

O presente edital visa regulamentar o Processo Seletivo de afastamento total para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* e estudo no exterior, dispostos nos artigos 95 e 96-A da Lei nº 8.112/1990, respectivamente.

### **2. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO**

2.1 - A participação do(a) candidato(a) no processo seletivo regido pelo presente edital observará as condições abaixo elencadas:

I – Cumprimento das regras estabelecidas nos artigos 95 e 96-A da Lei nº 8.112/90 e Planos de Carreiras dispostos nas Leis nº 11.091/2005 e nº 12.772/2012;

II – Cumprimento das exigências estabelecidas no Decreto 9.991/2019, na Instrução Normativa nº 201, de 11 de setembro de 2019, e na Resolução CONSUP nº 16/2020;

III – Ser servidor efetivo do quadro de pessoal do IF Sertão PE;

IV – Não estar cumprindo o pedágio do tempo que esteve afastado para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País, nos termos do parágrafo 4º do artigo 96-A;

V – Não ter se afastado por licença para tratar de assuntos particulares e para gozo de licença capacitação nos 2 (dois) anos anteriores à data da solicitação de afastamento, no caso dos programas de mestrado e doutorado, e nos 4 (quatro) anos anteriores à data da



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO**

solicitação de afastamento, no caso dos programas de pós-doutorado, nos termos do parágrafo 2º do artigo 96-A;

VI – Se servidor(a) técnico-administrativo, também deverá ser observado o exercício no cargo há pelo menos 3 (três) anos para mestrado e 4 (quatro) anos para doutorado ou pós-doutorado, incluído o período de estágio probatório, nos termos do parágrafo 2º do artigo 96-A.

VII - Os afastamentos para realização de programas de pós-doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivo no respectivo órgão ou entidade há pelo menos quatro anos, incluído o período de estágio probatório, e que não tenham se afastado por licença para tratar de assuntos particulares ou com fundamento no Art. 96-A da Lei 8.112/90, nos quatro anos anteriores à data da solicitação de afastamento.

VII – Que o projeto de pesquisa a ser desenvolvido durante o afastamento esteja alinhado:

- à área de competências da sua unidade de exercício; ou
- à área de atribuição do cargo efetivo; ou
- ao cargo em comissão ou a função de confiança do(a) candidato(a).

VIII – Cumprimento dos prazos e regras estabelecidos neste edital.

### **3. DAS INSCRIÇÕES**

3.1 As inscrições poderão ser feitas no período de **04/11/2021 a 17/11/2021**, por meio do formulário eletrônico disponível no link: <https://forms.gle/FanTJMwJNEwoiPJU6>.

3.2 Não serão aceitas inscrições feitas de outra forma além da citada no item anterior.

3.3 A inscrição neste edital deverá preceder a abertura do processo de afastamento, sendo condição para o afastamento a aprovação neste edital.

3.4. O servidor deverá anexar ao formulário de inscrição online:

a) cópia da última portaria de progressão por mérito, se técnico-administrativo, ou progressão por desempenho, se docente.

b) documento que comprove a nota da avaliação CAPES do curso pretendido, se for o caso.

c) Ateste do setor/coordenação sobre a liberação do servidor (item 5.3 e 5.4 do edital), se for o caso.

3.5 No ato da inscrição, deverá declarar concordância e atendimento a todos os requisitos para participação previstos neste edital.

3.6. Constitui-se responsabilidade do candidato o completo e correto preenchimento dos dados no formulário de inscrição. A Comissão de Seleção não se responsabilizará por eventuais prejuízos causados pelo preenchimento incorreto ou incompleto do formulário de inscrição, nem pela ausência de documentos ou pela inscrição não efetivada por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação ou de congestionamento de linhas de comunicação que impossibilitem a transferência dos dados.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO**

#### **4. DA CLASSIFICAÇÃO**

4.1 Para efeito de classificação serão observados os critérios abaixo, cuja soma dos valores a eles atribuídos comporá a pontuação final do(a) candidato(a) na ordem decrescente:

Critério	Valores atribuídos
I - Nota mínima de 40 pontos na última avaliação de desempenho se docente ou 50 pontos se TAE, realizada há no máximo 5 (cinco) anos.	5,0 pontos
II - Tempo de exercício no IF SERTÃO-PE, enquanto servidor efetivo (1 ponto por ano completo, no máximo 5,0 pontos);	Máximo 5,0 pontos

4.2 Em caso de empate serão observados os seguintes critérios:

- I - maior tempo de serviço prestado ao IF SertãoPE, enquanto servidor efetivo;
- II - maior idade;
- III - servidor com menor titulação;
- IV - não ter sido beneficiado anteriormente com afastamento para qualificação;
- V- regime de Dedicção Exclusiva, no caso do docente, ou carga horária de 40 horas semanais, no caso do técnico-administrativo;
- VI - curso de maior nota na avaliação da CAPES, quando for o caso.

#### **5. DAS VAGAS**

5.1 O número de vagas de cada unidade será definido pelo percentual de 10% do total de servidores por segmento (TAEs e docentes), observado o número de servidores já afastados para pós-graduação, conforme distribuição atualizada disponível no Anexo I deste edital.

5.2 Caso a aplicação do percentual de que trata o item anterior resulte em número fracionado, este será arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

5.3. Não existindo vagas disponíveis para afastamento, a unidade poderá autorizá-lo desde que haja concordância dos servidores do setor ou da coordenação de curso em assumir as atividades do servidor a ser afastado. Nesta situação, o dirigente máximo da unidade fará constar no resultado a observação.

5.4 Os servidores cujos afastamentos não impliquem contratação de substitutos ou cujos setores atestem que irão assumir as suas atividades poderão ter o afastamento



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO**

autorizado a critério do dirigente máximo da unidade, independentemente do número de vagas ofertadas em edital.

5.5 Na hipótese dos itens 5.3 e 5.4, o servidor interessado deverá anexar, no ato da inscrição, declaração formal do referido setor atestando tais fatos.

## **6. DOS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE**

6.1 As inscrições dos candidatos serão avaliadas pela Comissão responsável pelo processo seletivo designada pela Portaria nº 659/2020, em consonância com o disposto no item 4 e 5 deste edital.

## **7. DO PEDIDO DE AFASTAMENTO**

7.1 Após a homologação do resultado final, o servidor aprovado deverá instruir processo de afastamento, consoante as disposições da Resolução nº 16/2020/CONSUP, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

7.2 Caso o servidor não realize a abertura do processo no prazo estipulado, a vaga constará novamente como disponível para a unidade.

## **8. DO PERÍODO DE AFASTAMENTO**

8.1 Os servidores que pleitearem afastamento observarão os seguintes prazos máximos:

I - pós-graduação *stricto sensu*:

a) mestrado: até 24 (vinte e quatro) meses;

b) doutorado: até 48 (quarenta e oito) meses;

c) pós-doutorado: até 12 (doze) meses.

II - estudos no exterior: até 04 (quatro) anos.

8.2 As concessões de afastamento serão, inicialmente, por até 12 (doze) meses a contar do início do curso. Dessa forma, as solicitações de renovação do afastamento deverão ser feitas anualmente conforme orientações previstas na Resolução nº 16/2020/CONSUP.

## **9. DA REVOGAÇÃO DA CONCESSÃO E DO RESSARCIMENTO**

9.1 Os servidores beneficiados pelo afastamento integral terão que permanecer no exercício de suas funções após o seu retorno por um período igual ao do afastamento concedido.

9.2 Caso o servidor venha a solicitar exoneração do cargo ou aposentadoria antes de cumprido o período de permanência previsto no caput deste artigo, deverá ressarcir ao órgão ou à entidade, na forma do art. 47 da Lei nº. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, os gastos com seu aperfeiçoamento.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO**

9.3 Caso o servidor não obtenha o título ou grau que justificou seu afastamento no período previsto, aplicar-se-á o disposto no item anterior, salvo na hipótese comprovada de força maior ou de caso fortuito, a ser apurada por processo administrativo, assegurados a ampla defesa e o contraditório.

9.4 Os afastamentos poderão ser interrompidos, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse da administração, condicionado à edição de ato da autoridade que concedeu o afastamento.

9.5 A interrupção do afastamento a pedido do servidor motivada por caso fortuito ou de força maior não implicará ressarcimento ao erário, desde que comprovada a efetiva participação ou aproveitamento da ação de desenvolvimento no período transcorrido da data de início do afastamento até a data do pedido de interrupção.

9.6 As justificativas e a comprovação da participação ou do aproveitamento dos dias de licença na hipótese do item 9.5 serão avaliadas pelo dirigente máximo do órgão ou da entidade a que o servidor estiver vinculado.

9.7 O servidor que abandonar ou não concluir a ação de desenvolvimento ressarcirá o gasto com seu afastamento ao órgão ou à entidade, na forma da legislação vigente, ressalvado o disposto nos itens 9.5 e 9.6.

## **10. COMPROMISSOS**

10.1 Ao se afastar, o servidor assume os seguintes compromissos:

- a) Dedicar-se em regime integral às obrigações do Curso, abstendo-se, notadamente, de qualquer atividade lucrativa, apresentando desempenho acadêmico satisfatório;
- b) Entregar os Relatórios Semestrais de Atividades, assinados pelo servidor e pelo orientador, à Coordenação de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, à Diretoria de Gestão de Pessoas e à PROPIP;
- c) Comunicar imediatamente a conclusão do curso, apresentar a ata de defesa e em seguida a declaração de conclusão do curso e o diploma;
- d) Permanecer por igual período na Instituição sob pena de ressarcir ao IFSertãoPE os gastos com seu aperfeiçoamento, de acordo com o art. 96-A, §4º, da Lei nº 8.112/1990;
- e) Estar de acordo com as NORMAS DE AFASTAMENTO, conforme Resolução de Afastamento do IFSertãoPE;
- f) Ressarcir ao IFSertãoPE os gastos com seu aperfeiçoamento caso não obtenha o título para o qual foi afastado, salvo em caso fortuitos ou de força maior;
- g) Estar ciente de que qualquer criação ou inovação, que trata o Decreto nº 9.283/18, que tenha resultado de atividades realizadas com a utilização das instalações do IFSertãoPE ou com o emprego de seus recursos, meios, dados, informações, conhecimentos e equipamentos será objeto de proteção dos direitos de propriedade intelectual, a critério do IFSertãoPE, respeitando o disposto na Política de Inovação do Instituto.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO**

- h) Estar ciente de que o não cumprimento de qualquer destas cláusulas implicará sanções previstas em LEI.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1 Caberá recurso a ser dirigido à comissão do processo seletivo:

- a) Contra este edital;
- b) Contra o resultado preliminar.

11.2 O recurso deverá ser impetrado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a publicação do edital ou resultado e enviado para o e-mail [capacita@ifsertao-pe.edu.br](mailto:capacita@ifsertao-pe.edu.br), devendo o candidato preencher modelo específico, Anexo III deste edital, fazendo a exposição do motivo pelo qual requer recurso e anexar os documentos que julgar necessários.

11.3 O resultado da análise dos recursos será encaminhado diretamente ao e-mail do requerente no prazo de até 5 (cinco) dias. Do resultado dos recursos não caberá nova avaliação.

## **12. DO RESULTADO**

12.1 O resultado preliminar do processo será divulgado a partir do dia **22/11/2021**.

12.2 Após análise de eventuais recursos, a Comissão do Processo seletivo encaminhará para publicação o resultado final do processo, que deverá ocorrer na data provável de **29/11/2021**.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1 A aprovação neste edital não exime o servidor da abertura do processo e sua submissão para aprovação interna, consoante as disposições da Resolução nº 16/2020/CONSUP, ficando o afastamento do servidor condicionado ao deferimento final do referido processo.

13.2 Deverão participar deste processo seletivo todos os servidores que desejam pleitear afastamento para pós-graduação, com previsão de afastamento até o dia 28/02/2022, e que ainda não tiveram os atos autorizativos publicados.

13.3. A vigência deste edital corresponderá à data de homologação do resultado final, até o dia **28/02/2022**.

13.4 Eventuais vagas remanescentes e outras que vierem a surgir deverão compor o próximo edital para afastamento de servidores, a ser publicado.

13.5 O servidor somente será afastado de suas atividades após a publicação do ato que autoriza o afastamento.

13.6 A inexatidão de informações prestadas pelo candidato ou eventuais irregularidades praticadas por este, observadas durante ou após a seleção, implicarão a sua imediata eliminação do processo, declarando-se nulos todos os atos oriundos de sua participação, sem prejuízo de demais sanções legais cabíveis.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO**

13.7 O Anexo II deste edital contém o cronograma completo com as etapas do presente processo seletivo.

13.8 Os casos omissos serão decididos pela Comissão do Processo Seletivo.

Petrolina, 26 de outubro de 2021.

Maria Leopoldina Veras Camelo  
Reitora



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO**

**ANEXO I - QUADRO ATUAL DE SERVIDORES POR UNIDADE / NÚMERO DE VAGAS  
PARA AFASTAMENTO**

**Para docentes**

Unidade	Quantidade atual de servidores	Quantitativo total de vagas	Quantitativo de vagas ocupadas	Saldo de vagas
Campus Petrolina	136	14	14	0
Campus Petrolina Zona Rural	76	8	8	0
Campus Floresta	50	5	5	0
Campus Salgueiro	68	7	4	3
Campus Ouricuri	55	6	4	2
Campus Santa Maria da Boa Vista	37	4	3	1
Campus Serra Talhada	46	5	5	0

**Para técnicos-administrativos**

Unidade	Quantidade atual de servidores	Quantitativo total de vagas	Quantitativo de vagas ocupadas	Saldo de vagas
Reitoria	136	14	3	11
Campus Petrolina	121	13	2	11
Campus Petrolina Zona Rural	77	8	7	1
Campus Floresta	43	5	1	4
Campus Salgueiro	49	5	2	3
Campus Ouricuri	44	5	1	4
Campus Santa Maria da Boa Vista	37	4	1	3
Campus Serra Talhada	31	4	1	3



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO**

**ANEXO II - CRONOGRAMA**

Etapa	Data
Lançamento do edital	03/11/2021
Prazo para interposição de recurso contra o edital	03/11/2021 a 04/11/2021
Inscrições	De 04/11/2021 até às 15h do dia 17/11/2021
Divulgação do resultado preliminar	A partir de 22/11/2021
Prazo para recursos contra o resultado preliminar	48 horas a partir da publicação no site institucional
Análise dos recursos	Até 5 (cinco) dias após o encerramento do prazo de envio
Homologação e divulgação do resultado final	29/11/2021 (data provável)



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SERTÃO PERNAMBUCANO**

**ANEXO III – INTERPOSIÇÃO DE RECURSO**

Eu,

\_\_\_\_\_,  
Matrícula SIAPE nº \_\_\_\_\_, candidato(a) ao Processo Seletivo para  
afastamento para pós-graduação *stricto sensu*, venho interpor recurso contra  
\_\_\_\_\_ a Comissão Organizadora do processo, mediante  
o exposto a seguir:

Espaço para exposição do recurso:

Para fundamentação, segue em anexo os seguintes documentos (se houver):

Espaço para listagem dos anexos encaminhados:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do (a) Candidato (a)